

**“A TERRA QUE QUERIAS VER DIVIDIDA”: CONFLITOS RURAIS,
HISTÓRIA E CINEMA**

Raíssa Orestes Carneiro

(UFPE/Maurício de Nassau – Graduanda em História/Pós-graduanda em Direito –
raissa_orestes@hotmail.com)

Orientadora: Profa. Dra. Christine Rufino Dabat

O rural sempre ocupou, no Brasil, posição de destaque nas mais diversas áreas, dentre elas o cinema. Este, enquanto importante campo de produção de sentidos e, muitas vezes, de resgate da memória de um povo, tem, crescentemente, despertado o interesse dos pesquisadores.

Com efeito, de acordo com o antropólogo e filósofo do imaginário Gilbert Durand (2004), no último século – com as contribuições da psicanálise e da antropologia social – o ocidente redescobriu a importância das imagens, revertendo uma tendência de oito séculos, denominada por ele de “vitória dos iconoclastas” ou “recalcamento do imaginário”. Os meios de comunicação de massa audiovisuais, dentre eles o cinema, se consolidaram, circulando uma quantidade de imagens nunca antes vista para audiências cada vez maiores. Pensar o cinema, portanto, é pensar este suporte narrativo dentro de um cenário de intensa circulação de sentidos.

Diante disso, tornou-se corrente a assertiva de que a produção e consumo crescentes de mídias áudio-imagéticas ao longo do desenvolvimento dessa cultura audiovisual têm mudado comportamentos, hábitos e remodelado as relações sociais. Nesse sentido, é importante compreender o cinema como uma prática cultural decisiva para a maneira como representamos o mundo e a nós mesmos.

No que diz respeito à memória, tanto a individual quanto a coletiva (ou nacional), é ela, sem dúvida, um fenômeno construído, conscientemente ou não. Toda memória é seletiva e elaborada a partir de uma série de pontos de referência que a estruturam e que a inserem na memória da coletividade (POLLAK, 1989; 1992). Nesse sentido, o cinema como um todo e, especialmente, o cinema documentário aparece como um importante campo de resgate ou de reconstrução dessa memória, tanto da oficial quanto, principalmente, da memória “subterrânea” dos excluídos. E é precisamente esse conflito, essa competição, entre memórias concorrentes que é o objeto de pesquisa preferencialmente escolhido pelos estudiosos.

Obviamente, é preciso ter sempre em mente, como deixa claro Ferro (1992), que é ilusório imaginar que a prática da linguagem cinematográfica seja, ainda que

inconscientemente, inocente. No entanto, estática ou em movimento, uma imagem pode ser “lida” de maneira similar a um texto escrito. Quando um filme é apresentado ao público, ele surge como o resultado de uma intertextualidade que combina diferentes linguagens. Na interseção entre elas, surgem nos filmes personagens que muitas vezes podem ser fictícios, mas onde as cenas vividas são “reais”, pois as relações sociais e o mundo representado na tela foram retirados da própria sociedade. Nos documentários isso fica ainda mais evidente (SOARES; FERREIRA, 2001).

Um filme, por mais objetivo que tente ser, como é o caso do cinema documentário, é sempre um recorte do real, o olhar do diretor, o que não quer dizer, por outro lado, que a realidade não exista ou que o filme é sempre uma ficção. E é justamente essa riqueza e multiplicidade de linguagens que vem despertando a atenção dos historiadores.

No Brasil, a memória dos excluídos começa, em parte, a ser resgatada a partir das representações do rural no cinema. Esse rural, ao mesmo tempo expressão da nossa mais profunda “brasilidade” e do nosso atraso, fez nascer uma espécie de relação de amor e ódio com esse objeto, como ressalta Tolentino (2001, p. 12):

O rural [...] padece da dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro, uma vez que pode representar papéis diversos, dependendo do projeto de nação com o qual dialoga. Uma questão que já estava colocada para o debate desde os anos 20, quando as imagens do Brasil rural produziam desconforto no cinéfilo nacional, que exigia para elas um tratamento, no mínimo, atenuante do que havia de rude, como fazia o nosso principal modelo, o cinema americano, com seus *westerns*. O cinema brasileiro precisou ganhar em tecnologia, industrializar-se e imitar bem o seu correlato estrangeiro para poder afirmá-la como passado, sem vigência, como tradição. Uma forma de abordagem que afirma um rural que *não é*, para poder, da melhor maneira possível, diferenciá-lo daquele que fala – e daquele que a ele assiste. Leitura que se inverteria no período do nosso cinema politizado dos anos 60 e que, por isso mesmo, acabaria afirmando como permanência um rural que ficara no passado.

Aliás, não é só no Brasil que se tenta esconder um passado que se quer que fique lá - no passado -, como se os fatos do presente existissem por si só. Benjamin Stora, por exemplo, retrata como, com o fim da guerra da Argélia, a produção cinematográfica francesa simplesmente não “tocava no assunto”, como se essa “amnésia imagética” pudesse apagar os fatos da memória das pessoas (STORA, 1998).

No Brasil, no campo do cinema, essa amnésia, a princípio, recaiu sobre o rural, inicialmente retratado como algo a ser esquecido, para, em seguida, com o Cinema

Novo, no início da década de 1960, passar a ser visto como, de um lado, símbolo de um atraso a ser superado e, de outro, paradoxalmente, representação do que existia de mais genuinamente brasileiro.

Paralelamente ao Cinema Novo (e, até certo ponto, ligados ao seu nascimento), desenvolveram-se os Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os diretores do CPC acreditavam no potencial didático-revolucionário do cinema e procuravam trabalhar temas não apenas polêmicos e, portanto, mal discutidos, como também atuais. É o que tenta fazer Eduardo Coutinho, em “Cabra Marcado para Morrer”.

Em abril de 1962, uma caravana da União Nacional dos Estudantes, a UNE-Volante, passa a percorrer o país para promover a discussão da reforma universitária. Junto com os estudantes, viajam membros do CPC, buscando formar novos centros de cultura por todo o país. Coutinho era um desses membros.

Depois de passar por Alagoas e Pernambuco, a caravana chega à Paraíba, onde, dois dias antes, o líder da Liga Camponesa de Sapé, que já era, nessa época, a maior do Nordeste, João Pedro Teixeira, havia sido assassinado por dois soldados da Polícia Militar e um vaqueiro, empregado de um proprietário de terras suplente de deputado estadual¹.

Foi então que surgiu a idéia do filme. Produzido pelo CPC da UNE e pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco, o filme seria rodado no próprio local e com os “personagens” reais da história, mas como ficção e não como documentário.

Dois anos depois, no entanto, quando tudo estava pronto para as filmagens, houve um confronto perto de Sapé, envolvendo, de um lado, policiais e empregados de uma usina e, de outro, camponeses. Onze pessoas morreram e a região foi ocupada pela Polícia Militar da Paraíba, tornando impossíveis as filmagens no local, as quais foram, então, transferidas para o Engenho Galiléia, em Pernambuco, local de formação da primeira Liga Camponesa.

Do projeto original de filmar com os participantes reais da história só restou a presença de Elizabeth Teixeira, viúva do líder assassinado.

¹ Os dois soldados foram absolvidos por unanimidade pelo Tribunal do Júri e o suplente de deputado chegou a ter a prisão preventiva como mandante do crime decretada, mas acabou não sendo preso porque um deputado e quatro suplentes renunciaram no mesmo dia, permitindo, assim, que ele assumisse o cargo e adquirisse imunidade.

Em 1º de abril, trinta e cinco dias após o início das filmagens, o trabalho foi interrompido pelo Movimento Militar de 1964, quando apenas 40% do roteiro haviam sido rodados. Tudo o que estava no local foi apreendido, mas boa parte do negativo filmado foi salva porque já tinha sido enviada para o laboratório, no Rio de Janeiro, para ser revelada.

A imprensa divulgou a notícia da apreensão do material das filmagens como se tivesse sido apreendido um verdadeiro arsenal de guerra:

Armas privativas das Forças Armadas, filmes para a formação agitadora dos camponeses, holofotes para projeções noturnas (o treinamento era intensivo e diuturno) foram apreendidos pelo Exército, no Engenho Galiléia (CABRA MARCADO PARA MORRER, 1981).

Tudo o que era publicado levava a crer na existência de um plano muito bem elaborado, uma conspiração, arquitetada pelos comunistas internacionais (cubanos), que estariam treinando os camponeses do Galiléia, com a conivência do governador deposto, no caso, Miguel Arraes. As filmagens tiveram que ser interrompidas por tempo indeterminado.

Quase vinte anos depois, em 1981, após a Anistia de 1979, Coutinho volta à Galiléia. Não havia um roteiro definido. A idéia era retomar o contato com os camponeses que haviam participado do filme, através de conversas sobre o passado. O filme é, então, finalizado sob a forma de documentário, agora não mais sobre os acontecimentos na Liga de Sapé, envolvendo o assassinato de um dos seus principais líderes, mas sim sobre a história das Ligas Camponesas como um todo e da reforma agrária no Brasil.

Com efeito, ao trazer à tona a memória de João Pedro Teixeira e dos habitantes de Sapé e da Galiléia, Coutinho resgata não apenas a memória das Ligas Camponesas, mas a situação de miséria do povo do campo em face do latifúndio esmagador.

Mais de vinte anos depois do início das filmagens de Cabra Marcado, Tetê Moraes retoma, em “Terra para Rose”, documentário lançado em 1987, a questão dos conflitos fundiários, mostrando que, apesar do tempo decorrido e da mudança de lugar, nada se havia alterado no que tange às demandas dos trabalhadores rurais. Ou seja, as mesmas questões por que lutavam os camponeses das Ligas, no final da década de 1950, permaneciam inalteradas quase trinta anos depois quando, no final da década de 1980, Tetê Moraes lança seu filme.

No momento da redemocratização do país, em 1985, havia mais de 2000 focos de conflito pela terra. Um deles era na Fazenda Anoni. É justamente a ocupação dessa Fazenda que é retratada no filme “Terra para Rose”.

O processo de desapropriação da Fazenda havia sido iniciado em 1972, quando ela foi classificada como latifúndio improdutivo. O governo, naquela época, prometeu aí assentar famílias de agricultores sem terra.

No entanto, em 1986, quando o filme é rodado, nada ainda tinha sido feito. Os proprietários apelavam na justiça e pressionavam. Diante disso, no ano anterior, em 1985, 1500 famílias haviam decidido ocupar a Fazenda para tentar agilizar o processo.

Depois de meses de negociação com o governo sem resultados concretos, os acampados resolveram fazer mais pressão e, em 1º de maio de 1986, algumas das famílias acamparam no estacionamento do INCRA, em Porto Alegre.

Mais uma vez, como aconteceu no Engenho Galiléia, os grandes acusados de insuflarem os agricultores continuavam sendo os comunistas, aqui, aliados à Igreja Católica.

A pressão no INCRA, no entanto, não deu resultado e os camponeses organizaram uma nova marcha (sem deixar de lado a ocupação), indo a pé da Fazenda Anoni até Porto Alegre, percorrendo uma distância de 510 km.

Os deputados gaúchos diziam que estavam tentando entrar em contato com Brasília e convidaram os romeiros para aguardar uma solução na Assembléia Legislativa, que acabou sendo ocupada por eles, enquanto esperavam.

Em outubro de 1986, como nada haviam conseguido com as pressões na cidade e como já era a época do plantio, os agricultores resolveram voltar para a Fazenda Anoni, onde organizaram uma nova caminhada para ocuparem outras fazendas, também em desapropriação, e cultivá-las, já que não podiam fazê-lo na Anoni, embora esta já estivesse desapropriada.

O Exército, então, cercou a Fazenda para proibir a saída dos colonos, ou seja, para impedir que os “elementos” cometessem o crime de invasão de propriedade. O cerco durou mais de um mês.

Em novembro de 1986, dias antes das eleições para a Constituinte e para governador, foi emitida a posse da Fazenda Anoni ao INCRA, mediante indenização ao proprietário. Os Sem Terra agora podiam, finalmente, ocupar plenamente a fazenda e

plantar. Mas ainda não era suficiente. A área cultivável desapropriada só comportava cerca de 300 famílias.

Em 31 de março de 1987, um caminhão se jogou contra uma manifestação de agricultores perto da Anoni. Muitos feridos. Três mortos, dentre eles, Rose. Nenhum punido².

Quando é feita a pergunta sobre qual princípio constitucional deve prevalecer quando em conflito, se a vida ou a propriedade, é comum que a resposta seja quase sempre: a vida vem antes de tudo. Entretanto, nos conflitos diários entre propriedade e vida no decorrer dos séculos, todo o aparato do Estado tem sido posto, sem quase nenhum questionamento por quem o faz, em defesa da propriedade - contra a vida. É o que podemos observar nos dois filmes aqui analisados. Em ambos, a luta pela terra termina com mortes, nunca do lado dos proprietários.

A opção das elites brasileiras por uma estrutura fundiária nos moldes capitalistas, isto é, no estilo plantação, para usar a expressão cunhada por Wolf e Mintz (2003), deu causa à exclusão dos camponeses e fez necessária a luta pela posse da terra desde os tempos da colonização.

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação do nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, a luta contra o cativo, contra a exploração, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas (FERNANDES, 2000, p. 25).

No entanto, só na segunda metade do séc. XX essas lutas passaram a ser objeto de preocupação dos partidos políticos e do governo. De fato, a questão da reforma agrária só começou a ser efetivamente discutida nessa época. No entanto, embora tenha ela estado na pauta de praticamente todos os governos republicanos democráticos desde Juscelino Kubitschek, nunca chegou a ser efetivamente implantada.

O surgimento das Ligas Camponesas, como lembra Farias Filho (2006), começando com a da Galiléia, em 1955, e logo se espalhando pelo Nordeste e, depois, pelo Brasil, obviamente, tem um papel fundamental na discussão da questão.

² A empresa dona do caminhão alegou, na época, falha nos freios e, portanto, que tudo não havia passado de um acidente. A tal falha não foi confirmada pela perícia.

Azevêdo (1982) costuma dividir a ação das Ligas Camponesas em três fases: a primeira iria de 1955 até 1959, ou seja, da formação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), que ficaria conhecida como Liga da Galiléia, até o momento da desapropriação do engenho; a segunda iria de 1960 a 1962, quando uma série de acontecimentos deu ensejo à transformação político-ideológica das Ligas; e uma terceira fase, de 1963 a 1964, um momento já de crise das Ligas.

No primeiro momento (1955-1959), governava o país o então presidente Juscelino Kubitschek. A gestão de Juscelino é caracterizada, por grande parte da historiografia brasileira, como um momento de ampliação das liberdades democráticas e por uma política que favoreceria aos interesses de uma burguesia industrial, através do Programa de Metas, colocando em segunda instância as velhas oligarquias agrárias, há muito no centro do poder (SKIDMORE, 1982).

Ao iniciar o seu governo, Kubitschek demonstrou ser sensível à causa reformista no campo, quando acentuou, em sua mensagem presidencial, que a deficiência econômica da população camponesa era resultante da inadequada estrutura agrária, propondo, como solução, uma política de Reforma Agrária que respeitasse o princípio constitucional.

No entanto, as dificuldades políticas para realizar tais reformas logo demonstraram que pouco, ou nada, poderia ser feito nesse sentido. Na verdade, o próprio presidente nunca levantou o problema da terra de outra forma senão a de sugerir medidas politicamente inócuas, como a expansão do crédito rural, por exemplo, afinal, ele era de um partido onde a facção agrária era maioria: o PSD, uma das mais coesas forças políticas.

De qualquer forma, o fato é que, pela primeira vez, o tema tabu da reforma agrária foi, ao menos, colocado em pauta nas discussões do Congresso Nacional.

Enquanto o movimento no campo ia amadurecendo a questão da posse da terra como única solução para suas adversidades, os entraves políticos e constitucionais à mesma cresciam em igual proporção, impossibilitando-o de atingir os objetivos. Esgotados os meios legais e demarcados os limites de atuação da política populista, não restava às Ligas Camponesas outra opção que não a de radicalizar o movimento em favor de uma reforma agrária imediata, radical, na “lei ou na marra”, como a caracterizou o então deputado e presidente de honra das Ligas, Francisco Julião. É o que caracteriza o segundo momento indicado por Azevêdo (1982), que coincidiu com a

ascensão de João Goulart à Presidência da República e de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco.

Ambos se mostravam simpáticos às reivindicações dos trabalhadores, como mostra Julião (1968). No entanto, nenhum dos dois compactuava com a linha radical adotada pelas Ligas Camponesas.

Nesse momento, o maior problema do Estado, sem dúvida, eram os conflitos no campo. Por isso, o enfrentamento da questão era fundamental para o equilíbrio do governo. Diante desse problema, Arraes estabeleceu duas linhas básicas essenciais, como conta Azevedo (1982): a primeira seria a de reduzir e atenuar os conflitos e as greves no campo, através da intervenção e da intermediação; e a segunda seria a de forçar os proprietários a cumprirem os dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), decretado por Jango, em março de 1963.

As Ligas manteriam sua hegemonia no movimento camponês até meados de 1962, quando o governo federal decidiu estimular a sindicalização no campo. É a fase de declínio das Ligas, até a sua completa extinção, com o golpe de 1964.

Com o golpe, todos os ganhos produzidos durante o período anterior foram interrompidos.

Entretanto, como lembra Laureano (2007), a mobilização dos trabalhadores deixou a sua marca. Como fruto daqueles movimentos na cultura do país e nas instituições surgiram as condições para a reorganização dos movimentos sociais na primeira aurora da retomada do processo de democratização do país. Cite-se como exemplo o MST, gestado no final da década de 1970, e os avanços na legislação protetiva dos trabalhadores rurais e dos sindicatos, o que, por outro lado, de forma alguma impediu os grandes proprietários de continuarem a não observar a função social de suas propriedades.

Ainda assim, eram mudanças notáveis. O arsenal jurídico garantiu aos empregados agrícolas direitos trabalhistas enquanto assalariados e a criação de órgãos de classe, como os Sindicatos, bem como a multiplicação das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho permitiram, em certa medida, o exercício desses direitos (DABAT, 2007).

Por fim, na década de 1980, as grandes mobilizações populares, urbanas e rurais, com o fim do regime militar e o início da Nova República, reacenderam as esperanças de, enfim, realizar-se, no Brasil, a reforma agrária.

Com efeito, em 1985, com a redemocratização do país, uma coisa era certa: ninguém mais se colocava contra a reforma agrária. A grande questão era que cada um queria a sua. As coisas pareciam se encaminhar quando, ao assumir a Presidência da República, José Sarney prometeu iniciar a reforma agrária e criou, para isso, o Ministério da Reforma Agrária.

No entanto, os entraves à execução do Plano de Reforma Agrária acabaram gerando uma sucessão de ministros, agravando os conflitos e tornando a situação no campo insustentável. É esse o contexto político retratado no filme “Terra para Rose”.

Analisando comparativamente as duas situações, a do filme “Cabra Marcado para Morrer” e a de “Terra para Rose”, é interessante observar como, mesmo em épocas diversas, em contextos sociais diversos, em cenários políticos diferentes e, mais do que isso, em estruturas fundiárias diferentes, a situação do trabalhador do campo é exatamente a mesma.

“Cabra Marcado para Morrer” nos mostra o início da mobilização camponesa, o momento em que os trabalhadores rurais se assumiram e se reconheceram enquanto grupo e decidiram se juntar para lutar por melhorias nas condições de trabalho, de moradia, de alimentação, enfim, da vida em geral. Nessa época, embora houvesse uma relativa liberdade no direito de organização dos trabalhadores, em vista da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda havia uma rígida restrição, oriunda do próprio contexto político de governos comprometidos com o latifúndio. Para atuar dentro da legalidade, os trabalhadores recorriam a meios alternativos, notadamente a utilização do Código Civil, como lembra Moraes (1997).

Em Pernambuco, cenário do filme, toda a política adotada pelo Estado, como afirma Andrade Neto (1990), tinha a finalidade maior de fortalecer a atividade canavieira, sem nenhuma preocupação em relação aos aspectos sociais. Portanto:

Esta política era e é ainda hoje feita com a finalidade de manter, de forma sólida, a estrutura de equilíbrio do poder, através da concentração de renda e do aumento cada vez mais significativo do fosso social entre os que produzem a matéria-prima, a cana-de-açúcar, e o produto final, açúcar, álcool e melaço, e a classe trabalhadora diretamente envolvida no processo produtivo. [...] Na verdade, esta intervenção, sobretudo a partir do golpe militar de 64, foi feita com a finalidade maior de solidificar, na atividade canavieira, o modo de produção capitalista, com a modernização do latifúndio sem que houvesse qualquer modificação na estrutura, desde a implantação desta atividade; o resultado foi uma considerável expansão da cana-de-açúcar, que passou a ser uma atividade monocultora por excelência, a ampliação do latifúndio, fazendo com que haja uma extrema concentração

fundiária, e uma drástica redução nos padrões de vida da massa trabalhadora (ANDRADE NETO, 1990, p. 2-3).

Já “Terra para Rose” se passa, inicialmente, num momento de esperança para o povo do campo. De fato, como já mencionado anteriormente, é a volta à democracia, após mais de vinte anos de ditadura. Finalmente parecia que tudo iria mudar. O próprio Presidente, no caso, José Sarney, ao assumir o cargo, prometeu iniciar a reforma agrária, chegando, inclusive, a criar um Ministério específico para se ocupar da questão.

Como já referido, não era a primeira vez que a reforma agrária entrava nas metas de governo de um Presidente. Mas era a primeira vez que algo real, algo concreto parecia estar sendo feito.

No entanto, logo a esperança dos camponeses deu lugar à desilusão. Uma série de entraves à execução do Plano de Reforma Agrária gerou uma sucessão de ministros. Mais uma vez, estava claro que tudo ia continuar “no papel”.

Aparentemente, a situação desses trabalhadores era diferente daquela dos camponeses das Ligas, representados no filme “Cabra Marcado para Morrer”. Com efeito, eles já tinham algumas leis a seu favor, como o Estatuto do Trabalhador Rural, a própria Constituição de 1946 tinha sofrido uma Emenda, em 1964, passando a prever a possibilidade de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, a consciência dos camponeses como grupo coeso já estava mais consolidada. No entanto, quando se observa a situação retratada em “Terra para Rose”, tem-se muita dificuldade de perceber essas mudanças.

No Rio Grande do Sul, cenário desse filme, a estrutura é um pouco diferente da de Pernambuco, onde foi rodado o primeiro, até mesmo pela colonização tardia dos portugueses, que só ocorreu, definitivamente, em meados do séc. XVII. Não que lá não exista latifúndio, afinal, esse foi o modelo geral adotado, mas não existe uma cultura exclusiva, como é a cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina, e esses latifúndios, embora ocupem a maior parte das terras aráveis, não chegam a 50% do espaço ocupado (ILHA; SILVA, 2000).

A ocupação do território rio-grandense pela Coroa de Portugal fez-se, de início, por militares, e por medidas estratégicas, afinal, era necessário que a Coroa tomasse posse oficial da terra compreendida entre a Laguna e o Prata. Mas só a partir de 1733 começou, de fato, a ocupação territorial do Estado, com o regime de sesmarias, que

garantia a consolidação da posse da terra, que até então era mantida somente pelas armas.

Como ressaltam Ilha e Silva (2000), o estabelecimento da propriedade privada da terra na região começou na metade do século XVIII, de maneira altamente concentrada e desigual. Criaram-se dois tipos de propriedades: as dos açorianos (pequenas) e as das estâncias (sesmarias), sendo as primeiras de lavoura e as segundas de pecuária. A pecuária dominou as atividades rurais durante muito tempo. Só depois da imigração de alemães e italianos para a região, a situação mudou um pouco. Ainda assim, o modelo de lavoura adotado, por ter se iniciado a partir de pequenas propriedades, foi mais diversificado do que na Zona da Mata nordestina. A estrutura fundiária daquele Estado se diferencia de acordo com a região, alternando predomínio de grandes e médias propriedades com médias e pequenas unidades de produção e, embora existam culturas predominantes, como a da soja, por exemplo, e os latifúndios ocupem a maior parte da terra arável, a estrutura fundiária como um todo acaba sendo bem diferente daquela da Zona Canavieira.

Em síntese, a partir da análise feita foi possível perceber a clara situação de exclusão em que vive e sempre viveu a maioria da população pobre do campo. No mais, hoje, concretiza-se a certeza de que, pela modernização das atividades agropecuárias, nos moldes da lei formal em vigor – o Estatuto da Terra –, não foi possível promover a melhoria definitiva da qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Estes permanecem em condições precárias e de vulnerabilidade, abandonados, na maioria das vezes, à própria sorte em face dos interesses das empresas e dos grandes fazendeiros.

Ante o exposto, parecem sábias as palavras de Elizabeth Teixeira, pronunciadas em uma das últimas cenas de “Cabra Marcado para Morrer”: “a luta que não pára. A mesma necessidade de 64 está traçada, ela não fugiu um milímetro”, porque contextos e épocas distintas se confundem em face da violência do Estado em defesa dos interesses do latifúndio.

Referências:

ANDRADE NETTO, Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a agroindústria canavieira no Nordeste oriental: Modernização e Proletarização**. Recife, 1990.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007

DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. 3.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

FARIAS FILHO, Eduardo Malheiros de A. **Na lei ou na marra**: ação política das Ligas Camponesas (1955-1964), 2006.

FERNADES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Nova Fronteira, 2000.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ILHA, Adayr da Silva; SILVA, Nivia Marli. A estrutura fundiária no Rio Grande do Sul: uma interpretação do período de 1975 a 1995-1996. **Economia e Desenvolvimento**, n. 12, p. 1-13, nov. 2000. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/eed/edicoes_artigos/edicao_12/n12_06.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2010.

JULIÃO, Francisco. **Cambão**: la face cachê du Brésil. Paris, 1968.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a Constituição**: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7158813/POLLAK-Memoria-Esquecimento-Silencio>>. Acesso em: 26 nov. 2009.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://api.ning.com/files/LI8EhWKOjnpBzyw257Y0NHNZ7xcrf09jmLgegffTskrMH*4bgGuha7RjunwpB7V0vtLjHGOM-t7nk*godglpjyrxGZxI1DJ8/MemriaeIdentidadeSocial.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2009.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge. Introdução. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (orgs.). **A História vai ao cinema**: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STORA, Benjamin. **La gangrène et l'histoire**. La mémoire de la guerre d'Algérie. Paris : La Découverte, [1991] 1998.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. **O rural no cinema brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

WOLF, Eric R; Mintz, Sidney W. Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney W.. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, p. 147-199.

Filmes:

CABRA marcado para morrer. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil: Mapa Filmes e Eduardo Coutinho Produções Cinematográficas, 1964/1981. DVD

TERRA para Rose. Direção de Tetê Moraes. Brasil: Vemver Brasil e Embrafilme, 1987. DVD.